

**Instituto de Responsabilidade Social Sírio
Libanês**

**Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes**

Em 31 de dezembro de 2014

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013	12

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Conselheiros e Diretores do
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, conforme discutido na Nota Explicativa nº 1.1, chamamos a atenção para o fato de que o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês incorreu em um déficit de R\$1.391.659 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e que, naquela data, apresentava patrimônio social negativo de R\$23.632.586 e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R\$16.368.423. Desta forma, o Instituto possui dependência significativa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo para custeio do citado patrimônio líquido negativo e manutenção de suas atividades. As demonstrações contábeis do Instituto em 31 de dezembro de 2014, que assumem a manutenção do custeio pelos citados órgãos governamentais, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade do Instituto continuar operando. Nossa opinião não está sendo ressaltada em função deste assunto.

Outros assuntos

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1, em decorrência da identificação de determinadas reclassificações contábeis no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os valores correspondentes relativos à demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do Instituto de Responsabilidade Social Sirio Libanês em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foi anteriormente realizado por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 24 de abril de 2014 (sem os efeitos da reapresentação discutida na Nota Explicativa nº 3.1), continha ressalva quanto à contabilização retrospectiva de contas a receber e receitas em 31 de dezembro de 2012 e saldo de abertura em 01 de janeiro de 2012 (bem como para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013) referente repasses de contrato de gestão firmado com o Estado de São Paulo, acarretando eventual superavaliação de receitas e contas a receber nas respectivas datas-base. Durante nosso trabalho de auditoria das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, revisitamos o citado assunto e concluímos pela adequacidade do procedimento contábil adotado pela Administração.

São Paulo, 31 de março de 2015.



Octávio Zampirolo Neto
CRC 1SP-289.095/O-3



Ricardo Akira Matsunaga
CRC 1SP-296.382/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.242	38.351
Recursos vinculados a projetos - Contratos de gestão e convênios	5	9.936.825	9.102.553
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios	6	18.687.616	15.712.276
Estoques	7	1.585.219	1.219.895
Creditos diversos	8	823.869	788.353
Total do ativo circulante		31.034.771	26.861.428
Ativo não circulante			
Depositos judiciais	-	118.277	40.114
Total do ativo não circulante		118.277	40.114
Total do ativo		31.153.048	26.901.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	9	15.209.509	15.927.749
Obrigações trabalhistas	10	25.803.000	24.075.283
Obrigações tributárias	11	629.453	540.559
Contratos de gestão e convênios	12	4.647.402	1.859.647
Outras contas a pagar	-	1.113.830	24.701
Total do passivo circulante		<u>47.403.194</u>	<u>42.427.939</u>
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	7.382.440	6.714.530
Total do passivo não circulante		<u>7.382.440</u>	<u>6.714.530</u>
Patrimônio social negativo			
Déficits acumulados	14	(22.240.927)	(14.902.015)
Déficit do exercício	14	(1.391.659)	(7.338.912)
Total do patrimônio social negativo		<u>(23.632.586)</u>	<u>(22.240.927)</u>
Total do passivo e do patrimônio social		<u>31.153.048</u>	<u>26.901.542</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013 (Reapresentado)</u>
Receitas operacionais			
Recursos dos Contratos de Gestão - Estadual	15	160.957.588	139.707.258
Recursos dos Contratos de Gestão - Municipal	16	70.464.063	67.661.627
Receitas com doações	17	680.310	621.800
Outras receitas operacionais	-	786.897	919.777
		----- 232.888.858	----- 208.910.462
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	18	(220.011.706)	(203.303.313)
Superávit bruto		----- 12.877.152	----- 5.607.149
Receitas (despesas) operacionais			
Utilidade pública	19	(3.471.720)	(4.809.108)
Serviços profissionais	20	(8.330.427)	(4.978.861)
Demandas judiciais	-	(667.910)	(624.355)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	-	(2.558.376)	(2.434.312)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		----- (2.151.281)	----- (7.239.487)
Despesas financeiras	21	(650.199)	(1.051.913)
Receitas financeiras	22	1.409.821	952.488
		----- 759.622	----- (99.425)
Déficit do exercício		----- <u>(1.391.659)</u>	----- <u>(7.338.912)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Défict do exercício	(1.391.659)	(7.338.912)
Outros resultados	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.391.659)</u>	<u>(7.338.912)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Demonstrações das mutações do patrimônio social negativo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		(8.753.128)	(6.148.887)	(14.902.015)
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado	-	(6.148.887)	6.148.887	-
Déficit do exercício	-	-	(7.338.912)	(7.338.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		(14.902.015)	(7.338.912)	(22.240.927)
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado	14	(7.338.912)	7.338.912	-
Déficit do exercício	14	-	(1.391.659)	(1.391.659)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(22.240.927)	(1.391.659)	(23.632.586)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Das operações sociais:		
Déficit do exercício	(1.391.659)	(7.338.912)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício pelas atividades operacionais		
Provisão para demandas judiciais (líquido das reversões e pagamentos)	667.910	509.637
Varição de ativos e passivos operacionais		
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	(834.272)	(19.249)
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	(2.975.340)	(244.984)
Estoques	(365.324)	(170.355)
Créditos diversos	(35.516)	(258.490)
Depósitos judiciais	(78.163)	(18.536)
Fornecedores	(718.240)	6.021.005
Obrigações trabalhistas	1.727.717	3.199.290
Obrigações tributárias	88.894	73.193
Outras contas a pagar	1.089.129	24.701
Projetos a executar - contratos de gestão e convênios	2.787.754	(1.889.769)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(37.110)	(112.469)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(37.109)</u>	<u>(112.469)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.351	150.820
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.242	38.351
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(37.109)</u>	<u>(112.469)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“Instituto”) é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede á Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

Convênios com a Prefeitura de São Paulo

O Instituto mantém três convênios com a Prefeitura de São Paulo, por meio dos quais efetua o gerenciamento de Assistências Médicas Ambulatoriais (AMA) e Unidade de Saúde da Família (ESF), sendo elas:

AMA Peri-Peri

Localizada na Rua João Guerra, nº 247 - Jardim Peri-Peri e AMA Piauí, situada na Praça Camilo Castelo Branco, nº 10 - Vila Nilva. Contrato de Convênio nº 072/08 firmado em 29 de julho de 2008 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão até 31 de dezembro de 2008, prorrogado até 27 de junho de 2015, conforme Termo Aditivo Nº 10/2015, sendo o valor do repasse estimado até 27 de junho de 2015 no montante de R\$5,8 milhões.

AMA Especialidades Santa Cecília

Localizada na Rua Vitorino Carmilo, nº599 - Santa Cecília. Contrato de Convênio nº 074/08 firmado em 12 de agosto de 2008 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão a partir de 31 de dezembro de 2008, prorrogado até 27 de junho de 2015, conforme Termo Aditivo Nº 13/2015, sendo o valor do repasse estimado até 27 de junho de 2015 no montante de R\$5,2 milhões.

Programa Estratégia da Saúde da Família

Contrato de Convênio nº 003/2011 firmado em 14 de abril de 2011 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão a partir de 14 de abril de 2011, até 31 de dezembro de 2011, prorrogado até 27 de junho de 2015, conforme Termo Aditivo Nº 06/2015, sendo o valor do repasse estimado até 27 de junho de 2015 no montante de R\$7,5 milhões.

Contratos de Gestão com a Prefeitura e Governo de São Paulo

Hospital Municipal Infantil Menino Jesus

Localizado na Rua dos Ingleses, nº 258 - Bela Vista. Contrato de Gestão nº 013/2008-NTCSS-SMS celebrado com a Prefeitura de São Paulo em 15 de outubro de 2008, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão a partir de 1º de janeiro de 2009, por 3 anos, renovado por mais 3 anos a partir de 1 de outubro de 2011, conforme Termo Aditivo Nº 06/2011. Prorrogado até 30 de junho de 2015 conforme Termo Aditivo Nº 17/2014, sendo o valor do repasse estimado até 30 de junho de 2015 no monante de R\$16,8 milhões.

Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú)

Localizado na rua Francisco Octávio Pacca, no. 180, Grajaú. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1º de janeiro de 2012, por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2015 é de R\$132,6 milhões.

AME Interlagos

Localizada na Rua Artur Nascimento Júnior, nº 120 - Interlagos. Contrato de gestão nº 001.0500.000.070/2011, firmado em 15 de dezembro de 2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 1º de janeiro de 2012 por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2015 é de R\$13,4 milhões.

Lucy Montoro

Localizada na Avenida Professor Adib Chaib, nº 1.001 - Mogi Mirim (Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim). Contrato de Gestão nº 001.0500.000.002/2014 firmado em 2 de maio de 2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 2 de maio de 2012 por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2015 é de R\$5,7 milhões.

Hospital Regional de Jundiaí

Localizado na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiaí. Contrato de Gestão nº 001.0500.000025/2014 firmado em 11 de junho de 2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 12 de junho de 2014 por 5 anos. O valor de repasse estimado para 2015 é de R\$25,7 milhões.

Em função de o Instituto ser responsável apenas pela gestão dos hospitais, os ativos imobilizados relacionados às unidades de saúde ficam sob responsabilidade do ente público.

1.1. Plano da Administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

O Instituto incorreu em um déficit de R\$1.391.659 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e que, naquela data, apresentava patrimônio líquido negativo de R\$23.632.586 e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R\$16.368.423. Embora apresente patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2014, a Administração do Instituto entende que este é mero gestor e não tem responsabilidade objetiva pelos déficits, pois cabe ao Estado lhe repassar ou não as verbas acordadas. Há hipótese de o Instituto optar por rescindir os contratos e transferir os déficits ao Ente Público, não afetando a continuidade de suas operações.

A seguir apresentamos as principais informações relacionadas aos planos da Administração:

- (a) O contrato de gestão do Instituto com a Secretaria de Estado da Saúde – SES, para gerenciamento do Hospital Geral do Grajaú, teve seu valor revisto para o exercício de 2014, através do T.A. 01/2014, passando de R\$10,5 milhões para R\$11,0 milhões mensais;
- (b) O contrato de gestão com a Secretaria Municipal da Saúde, para gerenciamento do Hospital Municipal Menino Jesus, o Instituto informa que a partir da competência Maio/2014 o valor mensal de custeio tinha sido revisto, passando, de R\$2,8 milhões para R\$3,4 milhões; entretanto, a citada revisão não foi concretizada, permanecendo o valor do repasse mensal em R\$2,8 milhões;

Outras providências adotadas têm como foco a gestão do Hospital Geral do Grajaú, onde, em conjunto com a equipe do hospital, estão sendo revistos contratos, a extinção de alguns cargos/funções, bem como a revisão dos benefícios sociais aos trabalhadores. Adicionalmente, estuda-se a realização de processos de compras centralizados dos itens de consumo com maior relevância, para que haja aquisição em maior escala e, como consequência, negociações vantajosas junto aos fornecedores.

Quanto às provisões para cobertura de prováveis perdas em processos cíveis e trabalhistas, decorrentes do antigo gestor do Hospital Geral do Grajaú, no montante de R\$6.711.877 em 31 de dezembro de 2014 (R\$6.714.530 em 2013), existe um acordo tácito com a SES de que os processos transitados em julgado, com seus valores conhecidos, serão cobertos pela Secretaria, através de termo aditivo financeiro ao Instituto, não onerando o fluxo de recursos financeiros definido para o exercício.

Concomitantemente com estas ações, o Instituto tem aprofundado o conjunto de medidas, com vistas a sanear as finanças, conforme segue: negociação, junto aos fornecedores, das dívidas, com parcelamento dos valores, sem inclusão de encargos e alteração do prazo de pagamento dos novos fornecimentos de insumos para 90 dias após a entrega dos materiais.

A Administração do Instituto acredita que os planos acima mencionados trarão os benefícios esperados na equalização das obrigações de curto prazo e garantirão a continuidade das operações da entidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A presente demonstração contábil inclui dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que evidenciam todas as informações relevantes próprias das mesmas, foi aprovada pela Gerência Financeira e pela Gerência Executiva do Instituto em 23 de março de 2015, que correspondem às informações utilizadas pelos respectivos órgãos na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 23).

2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir:

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento.

Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

Provisão para demandas judiciais

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no início do mês seguinte à competência.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e contratos de gestão e convênios.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.1. Reapresentação da demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013

A Administração do Instituto procedeu a reapresentação da demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinadas reclassificações contábeis identificadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme segue (apresentada para fins de comparabilidade):

	31/12/2013		31/12/2013
	(Anterior)	Reclassificação	(Reapresentado)
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de Gestão	207.368.885	(207.368.885)	-
Recursos dos Contratos de Gestão - Estadual	-	139.707.258	139.707.258
Recursos dos Contratos de Gestão - Municipal	-	67.661.627	67.661.627
Receitas com doações	621.800	-	621.800
Outras receitas operacionais	919.777	-	919.777
	<u>208.910.462</u>	<u>-</u>	<u>208.910.462</u>
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	(33.074.800)	(170.228.513)	(203.303.313)
	<u>175.835.662</u>	<u>(170.228.513)</u>	<u>5.607.149</u>
Superávit bruto			
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com pessoal e encargos	(146.694.787)	146.694.787	-
Despesas administrativas e gerais	(36.380.362)	36.380.362	-
Utilidade pública	-	(4.809.108)	(4.809.108)
Serviços profissionais	-	(4.978.861)	(4.978.861)
Demandas judiciais	-	(624.355)	(624.355)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	-	(2.434.312)	(2.434.312)
Déficit operacional antes do resultado financeiro	<u>(7.239.487)</u>	<u>-</u>	<u>(7.239.487)</u>
Despesas financeiras	(1.051.913)	-	(1.051.913)
Receitas financeiras	952.488	-	952.488
	<u>(99.425)</u>	<u>-</u>	<u>(99.425)</u>
Défict do exercício	<u>(7.338.912)</u>	<u>-</u>	<u>(7.338.912)</u>

4. Novas normas contábeis

4.1. Alterações/novas normas contábeis que entraram em vigor em 2014

As seguintes normas contábeis estão em vigor desde 1 de janeiro de 2014 e não trouxeram efeitos nas demonstrações contábeis do Instituto:

- Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento;
- IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos;
- Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros;
- Alterações à IAS 39 – Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge;
- IFRIC 21/ICPC 19 – Tributos.

4.2. Normas contábeis que entrarão em vigor após 2014

O Instituto está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2014 (ainda sem correspondente no CPC), que entrarão em vigor após o exercício de 2014:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers);
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization - Amendments to IAS 16 and IAS 38).

5. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	1.148.745	953.553
Aplicações financeiras	8.788.080	8.149.000
	9.936.825	9.102.553

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.

6. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2014	31/12/2013
Recursos a receber de projetos – Hospital Geral do Grajaú	11.053.350	11.359.049
Recursos a receber de projetos – Hospital Menino Jesus	2.804.437	2.804.437
Recursos a receber de projetos – Matriz (E.S.F e Lucy)	1.398.771	-
Recursos a receber de projetos – Lucy Monteiro	474.398	474.398
Recursos a receber de projetos – AMAS Peri-Peri	968.782	-
Recursos a receber de projetos – AMAE Santa Cecília	873.487	-
Recursos a receber de projetos – AMA Interlagos	1.114.391	1.074.392
	18.687.616	15.712.276

Referem-se às parcelas a receber de repasses para custeio e investimento, recebidas em janeiro do exercício seguinte. O Instituto mantém contratos de gestão e convênios com a Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente (vide Nota Explicativa nº 1).

7. Estoques

	31/12/2014	31/12/2013
--	------------	------------

Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	1.500.495	1.028.194
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	84.724	191.701
	1.585.219	1.219.895

8. Créditos diversos

	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos a funcionários	717.192	691.083
Outros créditos	106.677	97.270
	823.869	788.353

9. Fornecedores

	31/12/2014	31/12/2013
Nacionais	15.209.509	15.927.749
	15.209.509	15.927.749

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2014	31/12/2013
Vencidos	5.830.916	9.378.138
A vencer até 30 dias	4.628.358	3.552.324
A vencer de 31 a 180 dias	4.441.585	2.243.446
A vencer há mais de 180 dias	308.650	753.841
	15.209.509	15.927.749

Quanto aos fornecedores vencidos e não pagos, o Instituto passou a negociar junto aos credores no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem nenhuma inclusão de multas, juros e quaisquer outras taxas. O Instituto tem obtido êxito nestas negociações, escalonando o pagamento de suas obrigações, sendo que os parcelamentos propostos vêm sendo rigorosamente cumpridos.

10. Obrigações trabalhistas

	31/12/2014	31/12/2013
Salários e ordenados a pagar	6.009.403	5.525.464
Contribuições e encargos sociais	5.942.253	5.533.237
Provisão para férias e encargos sobre férias	13.851.344	13.016.582
	25.803.000	24.075.283

11. Obrigações tributárias

	31/12/2014	31/12/2013
IRRF	67.461	25.946
INSS pessoa física	28.556	125.652
ISS	50.499	28.174
PIS/COFINS/CSLL	263.797	146.887
INSS pessoa jurídica	179.817	92.191
IRRF autônomo	39.323	121.709
	629.453	540.559

12. Contratos de gestão e convênios

	31/12/2014	31/12/2013
Repasses para investimento e custeio	4.647.402	1.859.647

4.647.402	1.859.647
------------------	------------------

O Instituto mantém contratos de gestão e convênios com a Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente (vide Nota Explicativa nº 1).

13. Provisão para demandas judiciais

	31/12/2014	31/12/2013
--	------------	------------

Provisão para demandas judiciais	7.382.440	6.714.530
	7.382.440	6.714.530

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	31/12/2012	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2013
Trabalhistas	632.687	491.491	(463.951)	(114.990)	545.237
Cíveis	5.572.206	597.087	-	-	6.169.293
	6.204.893	1.088.578	(463.951)	(114.990)	6.714.530

	31/12/2013	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2014
Trabalhistas	545.237	1.918.451	(112.103)	(258.138)	2.093.447
Cíveis	6.169.293	2.182.696	(3.062.996)	-	5.288.993
	6.714.530	4.101.147	(3.175.099)	(258.138)	7.382.440

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2014 são: trabalhistas R\$4.451.337 e cíveis R\$15.872.815. Em 31 de dezembro de 2013 são: trabalhistas R\$4.995.535 e cíveis R\$18.248.649. Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados a natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros.

14. Patrimônio social

O Patrimônio social do Instituto é constituído por déficits acumulados. Conforme seu Estatuto Social, o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio social.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução do Instituto, os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

Evolução do Patrimônio social

	31/12/2014	31/12/2013
Hospital Geral do Grajaú	(20.129.561)	(22.984.862)
Hospital Menino Jesus	(6.611.514)	(4.059.461)
Hospital Regional Jundiá	(1.815.109)	0
AME Interlagos	541.979	(75.161)
AMA E - Santa Cecília	(158.503)	(96.895)
AMAS – Peri Peri/ Piauí	(315.078)	(277.766)
Lucy Montoro de Mogi Mirim	2.119.405	2.842.937
Estratégia Saúde da Família	3.149.736	2.861.044
Matriz	(413.941)	(450.763)
	(23.632.586)	(22.240.927)

15. Receitas dos contratos de gestão - convênio Estadual

	31/12/2013	31/12/2014 (Reapresentado)
Contrato Gestão Hospital Geral do Grajaú	136.040.200	121.790.741
Contrato Gestão - AME Interlagos	14.132.699	12.223.738
Contrato de Gestão - Lucy Montoro de Mogi Mirim	5.692.779	5.692.779
Contrato e Gestão – Hospital Regional Jundiaí	5.091.910	-
	160.957.588	139.707.258

16. Receitas dos contratos de gestão - convênio Municipal

	31/12/2013	31/12/2014 (Reapresentado)
Contrato Gestão Hospital Menino Jesus	35.253.244	34.227.080
Convênio Programa de Saúde da Família	13.755.179	12.516.901
Convênio AMAE - Santa Cecília	10.171.893	10.412.551
Convênio AMAS - Peri Peri/Piauí	11.283.747	10.505.095
	70.464.063	67.661.627

17. Receitas com doações

	31/12/2013	31/12/2014 (Reapresentado)
Matriz	257.650	100.006
Hospital Menino Jesus	128.664	512.741
Programa de Saúde da Família	2.390	944
Hospital Geral do Grajaú	289.615	-
Lucy Montoro de Mogi Mirim	-	4.565
AME Interlagos	74	1.268
AMAE - Santa Cecília	188	2.226
AMAS - Peri Peri/Piauí	1.729	50
	680.310	621.800

As receitas de doações (monetárias ou materiais) são oriundas de instituições privadas para ajuda no custeio das operações entre as unidades.

18. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2013	31/12/2014 (Reapresentado)
Pessoal e encargos	(156.622.100)	(146.329.141)
Medicamentos e materiais de uso - paciente	(15.757.257)	(9.082.723)
Materias de consumo diversos	(8.320.757)	(16.108.270)
Lavadeira e rouparia	(2.420.667)	(301.998)
Nutrição	(2.381.923)	(2.045.609)
Segurança e vigilância	(3.525.896)	(3.367.509)
Higinene e limpeza	(5.584.550)	(2.075.983)
Serviços médicos	(25.398.556)	(23.992.080)
	(220.011.706)	(203.303.313)

19. Utilidade pública

	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
Água	1.114.596	2.336.517
Energia elétrica	1.378.626	1.249.478
Gás natural	347.906	530.815
Combustíveis e lubrificantes	14.743	16.202
Telecomunicações	615.849	676.096
	3.471.720	4.809.108

20. Serviços profissionais

	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
Honorários advocatícios	112.246	85.003
Consultoria e assessoria	1.556.465	696.047
Suporte em infra-estrutura de TI	719.031	681.850
Manutenção e conservação	1.473.800	1.165.321
Auditoria Contábil	130.582	92.078
Serviços técnicos administrativos	657.905	382.426
Serviços diversos - pessoas jurídica	3.680.398	1.876.136
	8.330.427	4.978.861

21. Despesas financeiras

	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	214.368	126.420
Taxas e custas	1.087	160.971
Imposto sobre operações financeiras	174.933	122.608
Outras despesas financeiras	259.811	641.914
	650.199	1.051.913

22. Receitas financeiras

	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
Juros	-	151
Descontos obtidos	140.763	93.113
Receita de aplicações financeiras	1.264.303	854.317
Variações monetárias	4.755	4.907
	1.409.821	952.488

23. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013), o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Hospital Geral do Grajaú.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

31 de dezembro 2014	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.242	-	-	1.242	1.242
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	9.936.825	-	-	9.936.825	9.936.825
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	18.687.616	-	18.687.616	18.687.616
Outros ativos	-	942.146	-	-	942.146	942.146
Fornecedores	9	-	-	(15.209.509)	(15.209.509)	(15.209.509)
Contrato de gestão e convênios	12	-	-	(4.647.402)	(4.647.402)	(4.647.402)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	10 e 11	-	-	(27.546.283)	(27.546.283)	(27.546.283)
		<u>10.880.213</u>	<u>18.687.616</u>	<u>(47.403.194)</u>	<u>(17.835.365)</u>	<u>(17.835.365)</u>

31 de dezembro 2013	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	38.351	-	-	38.351	38.351
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	9.102.553	-	-	9.102.553	9.102.553
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	15.712.276	-	15.712.276	15.712.276
Outros ativos	-	<u>828.467</u>	-	-	<u>828.467</u>	<u>828.467</u>
Fornecedores	9	-	-	(15.927.749)	(15.927.749)	(15.927.749)
Contratos de gestão e convênios	12	-	-	(1.859.647)	(1.859.647)	(1.859.647)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	10 e 11	-	-	(24.640.542)	(24.640.542)	(24.640.542)
		<u>9.969.371</u>	<u>15.712.276</u>	<u>(42.427.938)</u>	<u>(16.746.291)</u>	<u>(16.746.291)</u>

24. Partes relacionadas

O Instituto não possui transações entre partes relacionadas e os membros do Conselho de Administração deliberativo não são remunerados.

25. Informações por projetos

As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados do Instituto, bem como seus ativos e passivos, entre os projetos em andamento, descritos na Nota Explicativa nº 1.

Balances patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014

	Matriz	ESF - Estratégia Saúde da Família	Lucy Montoro - Mogi	AMA Peri Piauí	AMA Santa Cecília	Hospital Menino Jesus	Hospital Geral do Grajáú	AMEI Interlagos	Hospital Regional de Jundiá	Ajuste de Combinação	Total
Ativo											
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	1.242	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.242
Recursos vinculados a projetos - Contratos de gestão e convênios	1.333.889	1.006.827	2.213.407	445.840	2.966.478	21.222	11.006	1.347.190	590.966	-	9.936.825
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios	-	1.398.771	6.167.186	968.782	873.487	2.804.437	132.640.200	13.372.704	25.698.000	(165.235.951)	18.687.616
Estoques	-	-	-	-	-	265.216	855.916	46.670	417.417	-	1.585.219
Mútuo entre filiais	155.843	2.521.130	22.843	185.333	170.634	395.988	358	141.359	-	(3.593.488)	-
Créditos diversos	34.352	29.048	71.318	39.534	54.323	60.076	494.801	34.291	6.126	-	823.869
Total do ativo circulante	1.525.326	4.955.776	8.474.754	1.639.489	4.064.922	3.546.939	134.002.281	14.942.214	26.712.509	(168.829.439)	31.034.771
Ativo não circulante											
Depósitos judiciais	-	-	-	41.759	2.726	-	58.820	14.972	-	-	118.277
Total do ativo não circulante	-	-	-	41.759	2.726	-	58.820	14.972	-	-	118.277
Total do ativo	1.525.326	4.955.776	8.474.754	1.681.248	4.067.648	3.546.939	134.061.101	14.957.186	26.712.509	(168.829.439)	31.153.048
Passivo											
Passivo circulante											
Fornecedores	115.249	17.017	98.775	31.238	10.222	3.480.868	10.300.772	189.285	966.083	-	15.209.509
Obrigações trabalhistas	262.351	1.709.328	541.685	1.330.714	1.545.730	3.662.059	14.431.435	1.590.090	729.608	-	25.803.000
Obrigações tributárias	342	2.466	22.101	13.452	101.315	176.020	213.631	13.235	86.891	-	629.453
Mútuo entre filiais	460.004	2.225	-	180.869	52.746	2.671.429	151.521	360	74.334	(3.593.488)	-
Contratos de gestão e convênios	-	-	5.692.788	-	2.515.689	85.000	122.373.516	12.546.108	26.670.250	(165.235.949)	4.647.402
Outras contas a pagar	1.101.321	-	-	-	449	2.575	7.910	1.125	452	(2)	1.113.830
Total do passivo circulante	1.939.267	1.731.036	6.355.349	1.556.273	4.226.151	10.077.951	147.478.785	14.340.203	28.527.618	(168.829.439)	47.403.194
Passivo não circulante											
Provisões para contingências	-	75.004	-	440.053	-	80.502	6.711.877	75.004	-	-	7.382.440
Total do passivo não circulante	-	75.004	-	440.053	-	80.502	6.711.877	75.004	-	-	7.382.440
Patrimônio social											
Superávit (Déficit) acumulado	(450.763)	2.861.044	2.842.937	(277.766)	(96.895)	(4.059.461)	(22.984.862)	(75.161)	-	-	(22.240.927)
Superávit (Déficit) do exercício	36.822	288.692	(723.532)	(37.312)	(61.608)	(2.552.053)	2.855.301	617.140	(1.815.109)	-	(1.391.659)
Total do patrimônio social	(413.941)	3.149.736	2.119.405	(315.078)	(158.503)	(6.611.514)	(20.129.561)	541.979	(1.815.109)	-	(23.632.586)
Total do passivo	1.525.326	4.955.776	8.474.754	1.681.248	4.067.648	3.546.939	134.061.101	14.957.186	26.712.509	(168.829.439)	31.153.048
Demonstrações de resultados											
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014											
Receitas operacionais											
Recursos dos Contratos de Gestão - Estadual	-	-	5.692.779	-	-	-	136.040.200	14.132.699	5.091.910	-	160.957.588
Recursos dos Contratos de Gestão - Municipal	-	13.755.179	-	11.283.747	10.171.893	35.253.244	-	-	-	-	70.464.063
Receitas com doações	257.650	2.390	-	1.729	188	128.664	289.615	74	-	-	680.310
Outras receitas operacionais	1.590.577	-	75	41	-	-	786.716	107.729	-	(1.698.241)	786.897
	1.848.227	13.757.569	5.692.854	11.285.517	10.172.081	35.381.908	137.116.531	14.240.502	5.091.910	(1.698.241)	232.888.858
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	(1.314.227)	(12.076.060)	(5.542.374)	(10.217.331)	(9.662.224)	(29.712.941)	(120.775.413)	(11.426.874)	(5.371.225)	(13.913.037)	(220.011.706)
Superávit bruto	534.000	1.681.509	150.480	1.068.186	509.857	5.668.967	16.341.118	2.813.628	(279.315)	(15.611.278)	12.877.152
Receitas (despesas) operacionais											
Utilidade pública	(156.511)	(2.837)	(21.936)	(2.003)	(5.574)	(947.071)	(1.987.255)	(205.374)	(143.159)	-	(3.471.720)
Serviços profissionais	(144.793)	(459.409)	(975.749)	(355.049)	(257.042)	(6.901.962)	(10.092.721)	(1.773.296)	(1.283.443)	13.913.037	(8.330.427)
Demandas judiciais	-	(75.004)	-	(190.053)	-	(80.502)	(247.347)	(75.004)	-	-	(667.910)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(199.163)	(994.154)	(128.893)	(613.832)	(437.556)	(293.304)	(1.159.928)	(208.517)	(221.270)	1.698.241	(2.558.376)
Déficit operacional antes do resultado financeiro	33.533	150.105	(976.098)	(92.751)	(190.315)	(2.553.872)	2.853.867	551.437	(1.927.187)	-	(2.151.281)
Despesas financeiras	(5.369)	(53.123)	(39.621)	(26.102)	(39.504)	(56.622)	(351.522)	(40.635)	(37.701)	-	(650.199)
Receitas financeiras	8.657	191.710	292.186	81.542	168.211	58.442	352.956	106.338	149.779	-	1.409.821
	3.288	138.587	252.565	55.440	128.707	1.820	1.434	65.703	112.078	-	759.622
(Déficit) superávit do exercício	36.821	288.692	(723.533)	(37.311)	(61.608)	(2.552.052)	2.855.301	617.140	(1.815.109)	-	(1.391.659)

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2013

	ESF - Estratégia Saúde da				Hospital		AMEI		Ajuste de	Total
Ativo	Matriz	Lucy Montoro - Mogi	AMA Peri- Peri Piauí	AMA Santa Cecília	Hospital Menino Jesus	Hospital Geral do Grajaú	Interlagos	Cominação		
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	38.351	-	-	-	-	-	-	-	-	38.351
Recursos vinculados a projetos - contrato de gestão e convênios	987.896	2.689.112	2.776.955	588.510	1.020.159	53.408	222.950	763.563	-	9.102.553
Recursos a receber de projetos - contrato de gestão e convênios	-	-	474.398	-	-	2.804.437	11.359.049	1.074.392	-	15.712.276
Estoques	-	-	-	-	-	329.807	851.613	38.475	-	1.219.895
Mútuo entre filiais	83.661	1.728.593	171.843	796.415	420.236	398.594	358	143.003	(3.742.703)	-
Créditos diversos	17.942	29.135	26.497	43.152	25.489	79.688	522.888	43.562	-	788.353
Total do ativo circulante	1.127.850	4.446.840	3.449.693	1.428.077	1.465.884	3.665.934	12.956.858	2.062.995	(3.742.703)	26.861.428
Ativo não circulante										
Depósitos judiciais	-	-	-	37.656	2.458	-	-	-	-	40.114
Total do ativo não circulante	-	-	-	37.656	2.458	-	-	-	-	40.114
Total do ativo	1.127.850	4.446.840	3.449.693	1.465.733	1.468.342	3.665.934	12.956.858	2.062.995	(3.742.703)	26.901.542
Passivo										
Passivo circulante										
Fornecedores	139.388	80.692	32.260	53.844	53.804	2.313.723	13.143.106	110.932	-	15.927.749
Obrigações trabalhistas	177.411	1.500.508	564.245	1.249.514	1.456.438	3.335.784	14.219.743	1.571.640	-	24.075.283
Obrigações tributárias	61	3.059	9.127	11.204	2.217	97.380	402.595	14.916	-	540.559
Mútuo entre filiais	1.261.753	1.536	-	178.937	52.778	1.946.993	300.346	360	(3.742.703)	-
Contratos de gestão e convênios	-	-	-	-	-	26.387	1.393.301	439.959	-	1.859.647
Outras contas a pagar	-	-	1.124	-	-	5.129	18.100	348	-	24.701
Total do passivo circulante	1.578.613	1.585.795	606.756	1.493.499	1.565.237	7.725.396	29.477.191	2.138.155	(3.742.703)	42.427.939
Passivo não circulante										
Provisões para contingências	-	-	-	250.000	-	-	6.464.530	-	-	6.714.530
Total do passivo não circulante	-	-	-	250.000	-	-	6.464.530	-	-	6.714.530
Patrimônio social										
Superávit (Déficit) acumulado	(219.593)	1.954.617	2.426.852	(17.895)	(71.640)	(2.430.470)	(16.888.622)	344.736	-	(14.902.015)
Superávit (Déficit) do exercício	(231.170)	906.428	416.085	(259.871)	(25.255)	(1.628.992)	(6.096.241)	(419.896)	-	(7.338.912)
Total do patrimônio social	(450.763)	2.861.045	2.842.937	(277.766)	(96.895)	(4.059.462)	(22.984.863)	(75.160)	-	(22.240.927)
Total do passivo	1.127.850	4.446.840	3.449.693	1.465.733	1.468.342	3.665.934	12.956.858	2.062.995	(3.742.703)	26.901.542
Demonstrações de resultados										
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013										
Receitas operacionais										
Recursos dos Contratos de Gestão - Estadual	-	-	5.692.779	-	-	-	121.790.740	12.223.739	-	139.707.258
Recursos dos Contratos de Gestão - Municipal	-	12.516.901	-	10.505.095	10.412.551	34.227.080	-	-	-	67.661.627
Recursos para ressarcimento de despesa	2.227.309	-	-	-	-	-	-	-	(2.227.309)	-
Receitas com doações	100.006	944	4.565	50	2.226	512.741	-	1.268	-	621.800
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	919.777	-	-	919.777
	2.327.315	12.517.845	5.697.344	10.505.145	10.414.777	34.739.821	122.710.517	12.225.007	(2.227.309)	208.910.462
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	(1.861.449)	(10.599.062)	(4.881.278)	(9.241.171)	(9.531.652)	(33.533.598)	(121.710.599)	(11.944.504)	-	(203.303.313)
Superávit bruto	465.866	1.918.783	816.066	1.263.974	883.125	1.206.223	999.918	280.503	(2.227.309)	5.607.149
Receitas (despesas) operacionais										
Utilidade pública	(146.000)	(179.678)	(20.469)	(56.416)	(2.150)	(997.288)	(3.190.891)	(216.216)	-	(4.809.108)
Serviços profissionais	(224.336)	(205.474)	(296.752)	(206.574)	(119.422)	(1.083.351)	(2.528.700)	(314.252)	-	(4.978.861)
Demandas judiciais	-	-	-	(250.000)	-	-	(374.355)	-	-	(624.355)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(319.516)	(779.000)	(280.936)	(1.098.260)	(825.966)	(726.051)	(418.573)	(213.319)	2.227.309	(2.434.312)
Déficit operacional antes do resultado financeiro	(223.986)	754.631	217.909	(347.276)	(64.413)	(1.600.467)	(5.512.601)	(463.284)	-	(7.239.487)
Despesas financeiras	(11.587)	(47.748)	(28.065)	(34.849)	(19.405)	(51.052)	(828.412)	(30.795)	-	(1.051.913)
Receitas financeiras	4.403	199.545	226.241	122.254	58.563	22.527	244.772	74.183	-	952.488
(Déficit) superávit do exercício	(231.170)	906.428	416.085	(259.871)	(25.255)	(1.628.992)	(6.096.241)	(419.896)	-	(7.338.912)

26. Tributos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS

O Instituto está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS

O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2014 e de 2013. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

- Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo);
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

Com base no estudo baseado nas estimativas anteriores, os montantes das principais renúncias fiscais apuradas são:

	2014	2013
Incidentes sobre a receita		
Receita, depois dos descontos	231.421.651	207.368.885
ISS 5%	11.571.083	10.368.444
PIS 0,65%	1.504.241	1.347.898
COFINS 3,0%	6.942.650	6.221.067
	20.017.974	17.937.409
Incidentes sobre o Superávit		
Déficit do exercício	(1.391.659)	(7.338.912)
IRPJ e CSSL 34%	-	-
Total	20.017.974	17.937.409

* * *